

**O TEATRO DA VACUIDADE OU A
IMPOSSIBILIDADE DE SER EU:
ESTUDOS E ENSAIOS PESSOANOS**

PAULO BORGES

Lisboa, Verbo/ Babel, 2011

280 páginas, ISBN 978-972-2230-36-0

Na introdução a este volume, cujo título (auto-evidente) remete para aquele que é considerado o maior poeta português do século XX, Paulo Borges descreve a «experiência pessoana» como um «labiríntico e caleidoscópico entrelaçamento de luzes, trevas e sombras». Esta característica geral, tão enfaticamente condensada pelo autor nesta descrição, parece ser a alavanca tácita, mas explicitamente aceite, de um esforço comum que uma grande comunidade de leitores – profissionais ou não – tem feito nos últimos 70 ou mais anos para compreender com rigor o legado pessoano. A melhor maneira de tentar compreender alguma coisa ainda parece ser, creio, a que nos oferece a sobejamente conhecida máxima de Wittgenstein segundo a qual compreendemos quando sabemos «como prosseguir», ou seja, quando entendemos num passado aquilo que, a partir do hoje, poderemos vir a fazer amanhã. Se tomarmos por certo este ditame epistemológico, seremos forçados a reconhecer que Fernando Pessoa é, com grande probabilidade, a *persona* literária mais discutida, mais fértil e mais panorâmica da literatura pátria – porque, justamente, aquela a partir da qual mais pessoas souberam o que fazer a seguir. E é também, por consequência disso

mesmo, a figura em relação à qual o «como prosseguir» *wittgensteiniano* assumiu uma preponderância e uma abundância de que talvez não existam paralelos na nossa literatura – Pessoa é, em grande medida, constituído pela atenção crítica, teórica e filosófica que lhe foi dedicada.

Essa atenção particular é inaugurada, paradoxalmente, pouco tempo depois da sua morte quando, no início de 1936, a revista *Presença* lhe consagra um número de homenagem que inclui textos dos seus mais notáveis *compagnons de route* intelectuais, como Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões, Luís de Montalvor, Carlos Queiroz e Guilherme de Castilho, bem como uma série de textos (sobretudo de caráter explicativo) do próprio Pessoa e uma pequena, mas substancial, amostra epistolar. A intenção que subjaz a este conjunto de textos é, caracteristicamente, a de explicar Pessoa como se, de algum modo, ele tivesse sido incompreendido em vida (coisa que é razoavelmente consensual) e se tornasse subitamente mais inteligível por uma espécie de catarse *post mortem*. O mais provável, no entanto, é que um grupo de leitores muito capazes e competentes tivesse achado que, explicando Pessoa como talvez nunca tivesse sido feito, ele pudesse finalmente ser resgatado do anonimato pessoal e artístico a que havia sido votado em vida, e de que a sua morte fora uma também anónima confirmação. O volume em questão iniciou – talvez de forma despercebida – uma longa e heterogênea linhagem de construções críticas sobre Fernando

Pessoa. Desde logo, pela continuidade teórica e sistemática que lhe foi assegurada por Casais Monteiro e, sobretudo, por Gaspar Simões, cuja obra – massiva e heteróclita – deixou a Pessoa a tão ansiada senha de entrada no cânone. Outros se lhe seguiram, como Eduardo Lourenço, Jacinto Prado Coelho, Yvette Centeno, Teresa Rita Lopes, Teresa Sobral Cunha, o incontornável Richard Zenith, António Quadros, Mário Sacramento, Jorge de Sena e Joel Serrão, entre muitos outros, autóctones e forasteiros. A matriz, sobretudo no pós-*boom* dos estudos pessoanos dos anos 1980, foi-se afastando da que Gaspar Simões (incidentalmente, um crítico não afeto ao meio académico) parecia ter deixado – embora, num sentido importante, seja pobrementemente redutor rotular aquele como crítico *impressionista* ou *psicologista*. A acreditar em Kuhn, o paradigma mudou nessa década, lançando Pessoa para a «normalidade» canónica na Universidade e, por extensão, na escola.

Inevitavelmente, porém, e por uma série de descobertas tanto interessantes quanto volumosas (em baús e outros recetáculos afins), o próprio âmbito académico dos estudos pessoanos se foi alargando de modo exponencial, a ponto de passar a acolher uma protuberante *marginalia* que enriqueceu e potenciou o escopo da análise crítica sobre o poeta. Deste modo, tentativas de explicação tão exóticas como as de Cesariny em *O Virgem Negra* (só para citar um exemplo) passaram a figurar como tentativas *possíveis* para tentar demonstrar «como

prosseguir» num campo de estudos cuja dimensão já não era a de outrora. Numa palavra, os ângulos de análise sobre a obra pessoana aumentaram – e auto-legitimaram-se – na mesma exata medida em que baús e outros recetáculos afins eram exaustivamente remexidos. *O Teatro da Vacuidade ou a Impossibilidade de Ser Eu* insere-se justamente neste momento *em trânsito* em que, matricialmente, a crítica pessoana parece ter resvalado lentamente da biografia e da análise estritamente literária para uma análise alargada que acolhe de modo pacífico diversos pontos de vista hermenêuticos. No caso deste livro de Paulo Borges, o ponto de vista utilizado é o da filosofia.

Não se trata, obviamente, de um caso virgem – basta, para tal, lembrarmos do fascinante (e injustamente esquecido) *Um Fernando Pessoa*, com que Agostinho da Silva inaugura, em 1959, a linhagem de explicações de (e sobre) Fernando Pessoa através da filosofia. Mais de 50 anos depois, Paulo Borges procura recuperar, e expandir, o recurso à filosofia a fim de dar corpo a uma genealogia possível e a uma rede de influências provável sobre as quais escorar o «como prosseguir» que parece comum à crítica pessoana. São-nos apresentados, para o efeito, oito artigos de fundo – embora de dimensão e escopo variáveis – em que a preocupação central, e substantiva, é a de atribuir uma origem e um fundamento às linhas gerais do pensamento filosófico de Pessoa que se encontram na génese e

na consubstanciação de alguns dos seus contributos literários mais relevantes (a *Mensagem*, as *Ficções do Interlúdio* ou o *Livro do Desassossego*, por exemplo). Apesar disto, porém, é quando se debruça sobre questões filosóficas complexas, como a existência de Deus, a problemática do sujeito e a questão da identidade (da qual o poema «The King of Gaps» se torna num objeto central) que as análises de Paulo Borges parecem tornar-se mais férteis. Ou seja, o fulgor argumentativo do autor parece exponencial sobretudo quando este se ocupa de enunciados marginais (como os que retira do obscuro heterónimo Rafael Baldaia) ou de preceitos gerais que remetem para questões substantivas acerca da (in) existência do sujeito ou da (in) existência de Deus.

O problema, segundo me parece, é que estes temas (que se percebe rapidamente serem centrais, e sobre os quais o autor tem ideias claras e, mais importante, interessantes) são replicados em quase todos os artigos – e sob pretextos vários. Ou seja, não é preciso, segundo creio, invocar a cultura budista tibetana, Antonio Machado, Emil Cioran ou Jorge Luis Borges para dizer coisas importantes – e, no caso, sustentadas – sobre a proverbial inabilidade pessoana para construir uma identidade una ou compreender substantivamente Deus ou, ainda, para perceber que a vivência humana entre espaços indefiníveis e, quiçá, insanavelmente nebulosos não é, afinal de contas, uma característica de Pessoa mas, no fundo, de todas as

pessoas que se esforçam por compreender a vida. Em certa medida, o notável esforço filosófico de Paulo Borges é traído precisamente por essa justaposição de temas e figuras – aparentemente não contíguas mas de utilidade semelhante para a construção dos argumentos gerais – que desemboca, invariavelmente, no mesmo lugar. Numa palavra, os argumentos que o autor constrói a propósito da ideia de Deus, da instabilidade identitária e da ideia do «King of Gaps» (o soberano dos espaços vazios e indefiníveis) ganhariam mais, na minha opinião, se fossem apresentados em forma de narrativa filosófica corrida – e não espartilhados por uma referencialidade técnica, bibliográfica e material que, algumas vezes, não ajuda muito.

Independentemente de tudo isto, é de notar que alguns dos temas filosóficos mais prementes que a vida e obra de Fernando Pessoa parecem inequivocamente convocar são aqui tratados com generosidade crítica e capacidade de análise. Torna-se imediatamente interessante redescobrir «a experiência da vida como teatro heteronímico», «a ficcional (im)possibilidade do(s) eu(s) e do mundo como *i-lusão*» ou «o vislumbre do entre-ser» como tópicos filosóficos de raízes muito distintas – desde a Antiguidade à filosofia do Tibete, passando pela contemporaneidade pessoana e por alguns *tropos* cruciais da filosofia moderna e pós-moderna. Neste sentido preciso, e apesar dos desequilíbrios já mencionados, o esforço de Paulo Borges para perceber Pessoa é,

tendo em conta o princípio *wittgensteiniano* já mencionado, um esforço sério, válido e, por que não dizê-lo, eficaz. Toma por centrais temas que apaixonaram e causaram perplexidade a todos quantos procuraram modos de «prosseguir» depois de (e com) Pessoa – questões que se centram sobre a individualidade, o brumoso e indecifrável «entre-ser», a construção ficcional do «eu» e a construção (igualmente ficcional) de Deus(es) na cultura ocidental. Por tudo isto, trata-se de um conjunto de ensaios dirigidos a todos quantos se interessam por filosofia, por Fernando Pessoa e pela relação da filosofia pessoana com temas que são cruciais para a sua constituição como autor, poeta e ser humano. E muito à maneira de Pessoa, deixa ao leitor a tarefa – por certo também ela «entre» coisas – de decidir o que fazer com a matéria, a substância, as identidades criadas por Paulo Borges, as genealogias, as escoras, as ligações, as heranças, a filosofia e a literatura.

Ricardo Namora

**PORTUGUESE MODERNISMS:
MULTIPLE PERSPECTIVES ON
LITERATURE AND THE VISUAL ARTS
STEFFEN DIX E JERÓNIMO PIZARRO
(orgs.)**

Oxford, Legenda, 2011

200 páginas, ISBN: 978-190-6540-79-1

A descrição do macro-conceito «Modernismo» é, seguramente, uma das

atividades teóricas mais complicadas, retráteis e flexíveis dentro do elenco de definições utilizado no estudo da literatura. No período dito «pós-moderno» em que vivemos, essa atividade pode parecer, inclusivamente, ociosa e sem sentido. As resistências que o conceito oferece a tentativas de definição são de várias ordens, e têm explicações diversas. Desde logo, «Modernismo» não é um conceito estritamente histórico, ou periodológico, ou literário, ou cultural, ou artístico, ou social. Cabe, no entanto, num espaço, por vezes indecidível, entre todas estas possibilidades, articulando-as de uma maneira peculiar da qual talvez não exista paralelo na história. Esta característica específica – uma espécie de espaço múltiplo e hipostasiado de ideias e concretizações de ideias mais ideias sobre essas mesmas ideias – constitui o «Modernismo» como um bloco heterogêneo que se projeta muito para além de si mesmo. Esta é, com certeza, a principal (e primeira) dificuldade com que nos deparamos ao tentar descrever aquilo que aconteceu na primeira metade do século XX. Mas há mais. O enunciado «making it new», estandarte de uma cosmovisão radicalmente nova, derramou-se sobre uma série de atividades aparentemente incomensuráveis entre si: arquitetura, poesia, pintura, escultura e teatro adotaram, quase ao mesmo tempo, as condições exigidas para um ressurgimento escorado na enfática recusa dos modelos antigos.

Eliminado o realismo, a tradição (reputada de obsoleta) e as consequen-